

Boletim de Serviço

Suplementar 3

Nº 22

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



BOLETIM DE SERVIÇO Nº 22

SUPLEMENTAR 3

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

BRASÍLIA • DF

10 DE DEZEMBRO DE 2024

**MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretário-Executivo

Luis Manuel Rebelo Fernandes

Subsecretario de Planejamento de Orçamento e Administração

Lélio Trida Sene

Coordenadora-Geral de Gestão Institucional

Bianca Lane Lopes Botelho

Coordenadora de Modernização Institucional

Thais Juraszek Somnitz

Chefe do Serviço de Protocolo

Ronal de Oliveira Guedes

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O Boletim de Serviço - BS é uma publicação que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI edita em cumprimento à [Lei nº 4.965, de 05 de maio de 1966](#), que “dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências”, e em consonância com a [Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021](#), da Imprensa Nacional, que trata das normas para publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Este periódico é veiculado quinzenalmente, sendo constituído por atos administrativos de natureza interna da Instituição, tais como: afastamentos, viagens à serviço, diárias, licenças, comunicação de férias, bem como outras vantagens cuja publicação é dispensável no Diário Oficial da União.

Desta forma, o Boletim de Serviço constitui-se em um instrumento formal que objetiva a transparência e, sobretudo, a legalidade dos atos da administração do MCTI.

COORDENAÇÃO

Ronal de Oliveira Guedes - Chefe do Serviço de Protocolo

ELABORAÇÃO, EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Ronal de Oliveira Guedes

ACESSO NA INTRANET

INTRANET > MENU > INSTITUCIONAL > BOLETIM DE SERVIÇO

SERVIÇO DE PROTOCOLO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala T-28

CEP 70067-900 - Brasília - DF

Fone: +55 61 2033-7927 /7786

E-mail: bs@mcti.gov.br

Site: www.gov.br/mcti

Boletim de Serviço / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Serviço de Protocolo
Boletim de Serviço nº 22 Suplementar 3 (DEZEMBRO 2024)
Brasília: MCTI, 2024.

P. 25

Periodicidade Quinzenal

I. Título.

II. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SUMÁRIO

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Gabinete da Ministra

Corregedoria

Portaria nº 8.755, de 10 de dezembro de 2024 7

Portaria nº 8.757, de 10 de dezembro de 2024 8

Portaria nº 8.758, de 10 de dezembro de 2024 9

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Portaria nº 8.754, de 09 de dezembro de 2024 10

ATOS DAS UNIDADES DE PESQUISA

Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal

Portaria nº 35, de 09 de dezembro de 2024 12

Centro de Tecnologia Mineral

Portaria nº 20, de 03 de dezembro de 2024 23

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Despacho – Isenção de Imposto de Renda – Luiz Fernando 25

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Gabinete da Ministra

Corregedoria

PORTARIA CORREG/GM/MCTI Nº 8.755, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem, no capítulo III, Seção I, o art 7º, inciso III, do DECRETO Nº 11.493, de 17 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 9, de 18 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto nos arts. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Portaria Normativa CGU Nº 27, de 11 de Outubro de 2022, da Controladoria - Geral da União, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01250.006654/2020-10, tendo como última prorrogação a portaria nº 8596, de 11 de outubro de 2024, publicada no B.S. nº 18 Suplementar 5, página 10, de 11 de outubro de 2024, ante as razões apresentadas no Formulário de Atividade PAD-01250.006654/2020-10 (12485709).

Art. 2º Estabelecer o prazo de **60 (sessenta) dias**, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

JAILSON ALONSO DE SOUZA

Corregedor substituto



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Alonso de Souza, Corregedor substituto**, em 10/12/2024, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PORTARIA CORREG/GM/MCTI Nº 8.757, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem, no capítulo III, Seção I, o art 7º, inciso III, do DECRETO Nº 11.493, de 17 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 9, de 18 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto nos arts. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Portaria Normativa CGU Nº 27, de 11 de Outubro de 2022, da Controladoria - Geral da União, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01250.006630/2020-61, tendo como última prorrogação a portaria nº 8595, de 11 de outubro de 2024, publicada no B.S. nº 18 Suplementar 5, página 9, de 11 de outubro de 2024, ante as razões apresentadas no Formulário de Atividade PAD-01250.006630/2020-61 (12485759).

Art. 2º Estabelecer o prazo de **60 (sessenta) dias**, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

JAILSON ALONSO DE SOUZA
Corregedor substituto



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Alonso de Souza, Corregedor substituto**, em 10/12/2024, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PORTARIA CORREG/GM/MCTI Nº 8.758, DE 10 DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem, no capítulo III, Seção I, o art 7º, inciso III, do DECRETO Nº 11.493, de 17 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 9, de 18 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto nos arts. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Portaria Normativa CGU Nº 27, de 11 de Outubro de 2022, da Controladoria - Geral da União, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01245.001526/2022-11, tendo como última prorrogação a portaria nº 8594, de 11 de outubro de 2024, publicada no B.S. nº 18 Suplementar 5, página 8, de 11 de outubro de 2024, ante as razões apresentadas no Formulário de Atividade PAD-01245.001526/2022-11 (12485409).

Art. 2º Estabelecer o prazo de **60 (sessenta) dias**, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

JAILSON ALONSO DE SOUZA
Corregedor substituto



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Alonso de Souza, Corregedor substituto**, em 10/12/2024, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

PORTARIA CGRL/SPOA/SEXEC/MCTI Nº 8.754, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, nos termos da Portaria MCTI nº 7.184, de 27 de junho de 2023, e alterações posteriores, bem como na legislação correlata,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 016/2024, Processo Administrativo nº 01245.015910/2024-62, celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ: 90.180.605/0001-02, cujo objeto é a contratação de serviços de seguro total de automóveis, para atender frota de veículos oficiais, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, objetivando atender às necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

I - GESTOR DO CONTRATO:

Titular: ELISANGELA AGUIAR FERNANDES

CPF: ***.408.071-**

Matrícula no SIAPE: 172***

Lotação: Divisão de Serviços Gerais-DISEG

Substituto: JOSÉ DO EGÍDIO COSTA

CPF: ***.572.103-**

Matrícula no SIAPE: 175***

Lotação: Divisão de Serviços Gerais-DISEG

II - FISCAL TÉCNICO

Titular: FRANCISCO SALOMÁ DE MIRANDA

CPF: ***.762.824-**

Matrícula no SIAPE: 809***

Lotação: Serviço de Transportes-SETRA

Substituto(a): ROBSON ROGERIO DE LIMA

CPF: ***.831.711-**

Matrícula no SIAPE: 316***

Lotação: Divisão de Serviços Gerais-DISEG

Art. 2º O Gestor e os Fiscais do Contrato deverão observar fielmente suas atribuições elencadas na [Portaria MCTI nº 7.184, de 27 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União nº 122 - Seção 1, de 29 de junho de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

DOMINGOS CARLOS PEREIRA REGO
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Carlos Pereira Rego, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 09/12/2024, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ATOS DAS UNIDADES DE PESQUISA

Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal

PORTARIA INPP Nº 35, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024.

Normatização sobre o relacionamento do INPP
com Fundações de Apoio

O DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL, Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, nomeado por meio da Portaria da Casa Civil nº 1.535, de 30 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 246-A, de 30 de dezembro de 2022, Edição Extra, seção 2, página 2, e em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, publicada no DOU de 30 de junho de 2006;

Considerando a necessidade de Normatizar o Relacionamento do INPP com Fundações de Apoio;

RESOLVE:

Art.1º - Normatizar o Relacionamento do INPP com suas "Fundações de Apoio", com o objetivo de estabelecer regulamento apto a disciplinar o relacionamento entre as instituições na execução de Projetos de interesse do Instituto, em conformidade com o regime jurídico de C,T& I; destacando-se os seguintes normativos:

a) Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências;

b) Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial;

c) Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências, e o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005;

d) Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica, tecnológica e à inovação, e altera outras leis, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015;

e) Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 8.240, e Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamentam a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que

dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;

f) Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13/03/2012, estabelece que a Fundações de Apoio registrada e credenciada poderá apoiar IFES e demais ICTs distintas da que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula, mediante prévia autorização do grupo a que se refere o § 1º, do Artigo 3º, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010;

i) Portaria MCTI Nº 6.988, de 8/5/2023, que dispõe sobre o Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal;

j) Ata de Reunião de aprovação do Conselho Técnico-Científico do INPP, de parcerias do INPP e Fundações de Apoio;

CONCEITUAÇÃO

Art.º 2 - Para fim de melhor entendimento dos termos que irão tratar na relação com a Fundações de Apoio e desta Portaria, considera-se:

a) *Comissão de Bolsas*: comissão designada com a função de avaliar a concessão de bolsas a servidores do INPP no âmbito dos projetos executados com o apoio da Fundações de Apoio;

b) *Comitê Assessor de Área (CAA)*: órgão colegiado composto por servidores que assessoram as áreas finalísticas do INPP;

c) *Conselho Técnico-Científico do INPP (CTC)*: órgão colegiado estabelecido no Art. 7º do Regimento Interno do Instituto;

d) *Desenvolvimento*: trabalho sistemático realizado com utilização do conhecimento gerado na pesquisa e na experiência, com o propósito de criar produtos, processos, métodos ou sistemas novos ou significativamente aprimorados. (Fonte: ABNT NBR 16501:2011).

e) *Extensão Tecnológica (ET)*: conjunto de ações que levem a identificação, absorção e implementação de tecnologias, mesmo aquelas conhecidas e estabelecidas, neste caso tidas como boas práticas; provendo o interessado, de informações técnicas, serviços e recomendações na forma de programas;

f) *Fundações de Apoio (FA)*: instituição de direito privado sem fins lucrativos, criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e demais ICTs, registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010;

g) *Comitê Executivo Operacional (CEO)*: Órgão Interno do INPP que, dentro das respectivas áreas, analisa e aprova os projetos apresentados.

h) *Coordenador de Projeto (CP)*: servidor ativo do Instituto (pesquisador, tecnologista ou analista) com a responsabilidade de coordenar todas as atividades científicas, técnicas e gerenciais de um ou mais Projetos;

i) *Planejamento*: Consiste na definição do escopo, das metas e atividades, do cronograma, dos custos, dos recursos humanos e materiais, e na análise dos riscos do projeto. (*Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK). Quinta edição. Project Management Institute, 2013*).

j) *Plano de Trabalho*: documento circunstanciado, elaborado a partir do planejamento, que define os objetivos, atividades, metas, cronograma de execução, resultados esperados, indicadores, equipe de servidores participante, pagamentos previstos e valores de ressarcimento, para a plena execução de um Projeto.

k) *Plano Diretor (PD)*: documento, atualizado periodicamente, contendo os programas, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos e as necessidades de natureza material, laboratorial e de infraestrutura, para o cumprimento eficiente e eficaz da Missão do Instituto.

l) *Projeto*: conjunto de ações executadas de forma coordenada ao qual são alocados recursos financeiros, humanos, materiais e equipamentos para, em um prazo determinado, se alcançar um ou mais objetivos específicos.

m) *Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)*: unidade responsável por gerir a política institucional de inovação do Instituto e, por competências mínimas, as atribuições previstas na Lei nº 10.973/04.

n) *Tecnologia*: É o conjunto de conhecimentos técnicos e/ou científicos aplicáveis ao desenvolvimento ou melhoria de produtos, processos ou serviços.

DIRETRIZES

Artº 3 – Definir como diretrizes para o relacionamento entre o INPP e as Fundações de Apoio:

I - Aplicam-se as leis, decretos, instruções normativas e regras internas mencionadas no início deste documento.

II - A participação de Fundações de Apoio em Projetos de interesse e de competência do INPP dar-se-á por meio de convênio ou relações jurídicas assemelhadas.

III - Os objetivos dos projetos a que se refere o item II devem estar necessariamente alinhados ao Plano Diretor do INPP que esteja em vigor.

IV - Os convênios ou relações jurídicas assemelhadas de competência do INPP com suas Fundações de Apoio serão obrigatoriamente assinados pelo representante legal do Instituto.

FORMALIZAÇÃO DE PROJETOS

Art. 4º - Para formalização de um projeto deverá ser observada as seguintes instruções:

I - As tratativas iniciais que se refere o art.3º, item II, poderão ser realizadas diretamente entre servidores do INPP e as Fundações de Apoio, por iniciativa de qualquer uma das partes.

II - O documento técnico elaborado pela equipe de profissionais do INPP detalhará o Projeto e contemplará sempre que possível:

a) a previsão nos programas governamentais vigentes e no Plano Diretor do INPP;

b) a responsabilidade pela execução do Projeto, apresentando-se a composição da divisão das atividades do INPP, das Fundações de Apoio e eventualmente de terceiros;

c) a apresentação de indicadores de *Eficácia*, no mínimo, de cada atividade a ser executada para cumprir as objetivos e metas do projeto, de acordo com a política de inovação da ICT.

III - O resultado do Planejamento deverá ser explicitado em um Plano de Trabalho, documento obrigatório para todos os Projetos, conforme descrito no Artigo 6º do Decreto nº 7.423/2010.

IV - Um Projeto terá apenas um coordenador geral, que será o Gestor do Projeto, sendo obrigatoriamente um servidor do INPP na ativa.

V - O Plano de Trabalho deverá ser aprovado pelo Comitê Executivo Operacional (CEO) da respectiva área do INPP, em declaração formal que expresse explicitamente o interesse da Instituição, a aderência ao Plano Diretor, e a concordância com as atividades as serem desenvolvidas, assim como, com a participação de servidores, conforme descrito no Plano de Trabalho.

VI - O Plano de Trabalho, acompanhado da aprovação do respectivo CEO da área, deverá ser formalmente encaminhado à Direção do Instituto para apreciação e deliberação.

VII - Os Projetos aprovados pela Direção do Instituto serão encaminhados às Fundações de Apoio para implementação.

VIII - Em caso de alteração no Plano de Trabalho em vigor, serão obedecidas as etapas previstas nos subitens V ao VII.

IX - Sempre que a execução dos Projetos envolver a geração de receitas financeiras, estas deverão ser descritas de forma analítica, ainda que estimadas, e serão recolhidas imediata e integralmente à conta única do Tesouro Nacional, exceto se houver prévia vinculação das receitas com a execução de Projetos do INPP, hipótese que poderá delegar à Fundações de Apoio o recolhimento das receitas financeiras em conta bancária específica remunerada, na forma estabelecida em convênio, devendo ser aplicados tais recursos exclusivamente nos projetos de PD&I, em projetos institucionais e na gestão da política de inovação.

PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NOS PROJETOS

Art. 5º - A regulamentação da participação de recursos humanos nos projetos, dar-se à da seguinte forma:

I - É permitida a participação de servidor lotado no INPP, nos termos do Decreto nº 7.423/2010, atendendo ao que se segue:

a) A participação deverá estar prevista no Plano de Trabalho, o qual deve referenciar os nomes, os registros funcionais, a periodicidade, a duração, bem como os valores das remunerações previstas, se houver.

b) - A participação de servidor nas atividades previstas nesta portaria é considerada, para todos os efeitos, atividade não autônoma, e dar-se-á sob o controle institucional do INPP.

c) A participação em projetos não gera vínculo empregatício de qualquer natureza com as Fundações de Apoio.

d) - A participação de servidor em Projetos, poderá se dar nas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que possam estar previstas em lei ou normas institucionais:

1 - Atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assim consideradas aquelas que envolvam todas as ações relacionadas à produção, elaboração, desenvolvimento, transformação e disseminação do conhecimento, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor e/ou missão do Instituto.

2 - Atividades de extensão para instituições públicas e privadas.

3 - Atividades de prestação de serviços tecnológicos para terceiros.

PAGAMENTO DE BOLSAS E DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA

Art. 6º - O pagamento de bolsas e de retribuição Pecuniárias se dará das seguintes formas:

I - Por ocasião da elaboração das propostas de Projeto, os seus responsáveis deverão observar o disposto no Art. 7º do Decreto nº 7.423/2010.

II - Por ocasião da celebração de acordos de parceria ou convênios para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas ou privadas, o servidor e o bolsista participantes do projeto poderão receber bolsa de estímulo à inovação diretamente das Fundações de Apoio, na hipótese dos recursos serem de origem privada, ou, por intermédio do CNPq, CAPES ou instituição pública de fomento à pesquisa, caso os recursos financeiros tenham origem pública.

III - Por ocasião de celebração de convênio firmado com Fundações de Apoio para captar recursos financeiros junto a agências oficiais de fomento, nos termos do Artigo 1º-A da Lei nº 8.958/1994, as bolsas deverão ser pagas diretamente por essas agências ou os créditos destinados ao pagamento das bolsas deverão ser transferidos ao CNPq ou à CAPES para gerenciamento e pagamento aos servidores públicos e bolsistas que participem do projeto.

IV - Por ocasião de celebração de convênio firmado com Fundações de Apoio nos termos do Artigo 1º, da Lei nº 8.958/1994, os créditos exclusivamente de origem privada destinados ao pagamento de bolsas para servidores e bolsistas que participem de projeto, poderão ser geridos diretamente pelas Fundações de Apoio.

V - O valor da retribuição pecuniária pago a título de adicional variável ao servidor que prestar serviço em horário não compreendido na sua jornada de trabalho no Instituto, deverá ser fixado pelo INPP.

VI - O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo servidor, em qualquer hipótese, não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do artigo 37, XI, da Constituição Federal de 1988.

VII - Cabe ao Gestor do Projeto encaminhar à Coordenação Administrativa do INPP (COADM) lista, preparada pelas Fundações de Apoio, contendo nome dos servidores e os respectivos valores auferidos através de bolsas e retribuição pecuniária previstas nesta portaria.

VIII - A COADM tomará as providências cabíveis para a aferição dos limites estabelecidos no item V e na eventual necessidade de ressarcimento dos valores pagos que excedam o limite máximo.

IX - INPP e as Fundações de Apoio estabelecerão procedimento de controle para que esta última seja permanentemente informada do valor da remuneração do servidor e o teto previsto no Artigo 37, inciso XI da Constituição Federal, e o INPP, por sua vez, seja permanentemente informado sobre os valores das bolsas de pesquisa pagas pelas Fundações de Apoio.

RESSARCIMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS ÀS FUNDAÇÕES DE APOIO

Artigo 7º - Para o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas às Fundações de Apoio em Projetos custeados com recursos públicos, oriundos do orçamento e/ou de fundos mantidos por agências oficiais de fomento, os custos efetivamente incorridos deverão ser discriminados, tais como:

- I) total de horas de trabalho previstas para cada Projeto;
- II) indicação das instalações necessárias à execução dos objetos;
- III) quantitativos físicos de equipamentos e de materiais de consumo.

§ 1º - O valor do ressarcimento não poderá ultrapassar ao percentual de quinze por cento (15%) do total dos recursos financeiros destinados e efetivamente aplicados no projeto.

§ 2º - O ressarcimento das despesas operacionais e administrativas na hipótese de permissão de uso de laboratório, de uso compartilhado de laboratório em suas dependências ou de prestação de serviços prestados pelo INPP, deverá observar o procedimento estabelecido nos itens I, II e III deste artigo.

PERMISSÃO DE USO DE LABORATÓRIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES PARA ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Artigo 8º - Admite-se a permissão de uso de laboratórios e demais instalações do INPP para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação desde que não interfira diretamente na sua atividade-fim e que atenda:

- a) as prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICT;
- b) as respectivas disponibilidades de uso das instalações, ou seja, a indicação em cronograma anual, dos dias e horários disponíveis para os interessados;

c) a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas mediante edital a ser divulgado na *internet*, inclusive.

§ 1º - O ato administrativo de permissão de uso deverá ser emitido pelo Diretor do Instituto ou a quem ele delegar, o qual deverá obedecer aos requisitos previstos no art. 92 da Lei nº 14133/2022 naquilo que couber.

§ 2º - O INPP adotará, conforme o caso concreto, as medidas institucionais de segurança a fim de garantir compromissos de sigilo da informação que deverão ser observados pelas Fundações de Apoio.

§ 3º - No convênio firmado entre INPP e Fundações de Apoio para a permissão de uso de laboratório, a captação, a gestão e a aplicação das receitas auferidas pelo INPP, poderão ser delegadas à Fundações de Apoio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

§ 4º - Caso o INPP opte pelo recolhimento do valor referente ao uso do laboratório por meio de GRU, então deverão ser observados os comandos normativos previstos nos artigos 56 e 57 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto nº 93.872/1986, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e em conformidade com as formalidades estabelecidas por atos infralegais e expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional;

I - Nessa hipótese, o ressarcimento às Fundações de Apoio será realizado mediante recursos do orçamento público, até o limite reservado no respectivo projeto, o que deverá ser garantido por declaração do Ordenador de Despesa do INPP.

COMPARTILHAMENTO DE LABORATÓRIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES COM OUTRAS ICT OU EMPRESAS VOLTADAS À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADES DE INCUBAÇÃO

Art. 9º - Admite-se o compartilhamento de laboratórios e demais instalações do INPP para atividades de incubação com empresas ou ICT desde que não interfira diretamente na sua atividade-fim e que atenda:

a) as prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICT;

b) as respectivas disponibilidades de uso das instalações, ou seja, a indicação em cronograma anual, dos dias e horários disponíveis para os interessados;

c) a igualdade de oportunidades às empresas e ICTs interessadas mediante edital a ser divulgado na *internet*, inclusive.

§ 1º - O ato administrativo de permissão de uso deverá ser emitido pelo Diretor do Instituto ou a quem ele delegar, o qual deverá obedecer aos requisitos previstos no art. 92 da Lei nº 14133/2022 naquilo que couber.

§ 2º - O INPP adotará, conforme o caso concreto, as medidas institucionais de segurança a fim de garantir compromissos de sigilo da informação, que deverá ser observado pelas Fundações de Apoio.

§ 3º - O INPP divulgará o preço pelo uso do laboratório no qual deverá expor a metodologia aplicada para calcular os custos das instalações para ressarcimento ao erário.

§ 4º- No convênio entre INPP e Fundações de Apoio para o compartilhamento de laboratórios e demais instalações, a captação, a gestão, e a aplicação das receitas auferidas pelo INPP, poderão ser delegadas às Fundações de Apoio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

§ 5º - Caso o INPP opte pelo recolhimento do valor referente ao uso de suas instalações por meio de GRU, deverão ser observados os comandos normativos previstos nos artigos 56 e 57 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto nº 93.872/1986, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e em conformidade com as formalidades estabelecidas por atos infralegais expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Nessa hipótese, o ressarcimento às Fundações de Apoio será realizado mediante recursos do orçamento público, até o limite reservado no respectivo projeto, o que deverá ser garantido por declaração do Ordenador de Despesa do INPP.

§ 6º - O eventual apoio administrativo prestado pelas Fundações de Apoio ao INPP deverá considerar o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas da FA consoante disposto nessa portaria.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO INSTITUTO

Art. 10º - Admite-se ao INPP prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, desde que não interfira no regular exercício da sua atividade-fim.

§ 1º - A prestação de serviços requererá autorização da autoridade máxima do INPP que, dentro do calendário anual predefinido das disponibilidades da ICT, fixará os critérios para a contratação que assegure igualdade de oportunidades aos interessados mediante divulgação pública, inclusive na *internet*.

§ 2º - O contrato de prestação de serviços deverá ser firmado na forma escrita, o qual deverá obedecer aos requisitos previstos no art. 92 da Lei nº 14133/2022, naquilo que couber.

§ 3º - A prestação de serviços com a participação de servidor público, previamente requererá a declaração do Chefe imediato e do Diretor do Instituto da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atribuições funcionais.

§ 4º - O INPP adotará, conforme o caso concreto, as medidas institucionais de segurança a fim de garantir compromissos de sigilo da informação, que deverá ser observado pela FA na hipótese de participar da relação jurídica.

§ 5º - O INPP divulgará periodicamente o preço da prestação de serviço e deverá expor a metodologia aplicada para calcular os custos diretos e indiretos para ressarcimento ao erário.

§ 6º - No convênio firmado entre ICT e Fundações de Apoio para a prestação de serviços, a captação, a gestão e a aplicação das receitas auferidas pela ICT, poderão ser delegadas

à FA, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

§ 7º - Caso o INPP opte pelo recolhimento do valor referente à prestação de serviço por meio de GRU, deverão ser observados os comandos normativos previstos nos artigos 56 e 57 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto nº 93.872/1986, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.950, 9 de janeiro de 2004 e em conformidade com as formalidades estabelecidas por atos infralegais expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Nessa hipótese o ressarcimento às Fundações de apoio será realizado mediante recursos do orçamento público, até o limite reservado no respectivo projeto, o que deverá ser garantido por declaração do Ordenador de Despesa do INPP.

§ 8º - O eventual apoio administrativo prestado pelas Fundações de Apoio ao INPP deverá considerar o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas das Fundações de Apoio consoante disposto nessa portaria.

§ 9º - O pagamento de adicional variável aos servidores envolvidos pela prestação de serviço deverá ser deduzido do total recebido os custos de sua prestação, a fim de assegurar o ressarcimento ao erário;

I - O pagamento dessa retribuição pecuniária pela ICT por meio de adicional variável deverá seguir as orientações emanadas pelo Ministério da Fazenda, no tocante às normas de contabilidade federal, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a implementação do adicional aos vencimentos do servidor;

II - O valor do adicional variável fica sujeito a incidência de tributos e contribuições aplicáveis a espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E LICENCIAMENTO

Art. 11º - Admite-se ao INPP a transferência de tecnologia e o licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria.

§ 1º - Na transferência de tecnologia e no licenciamento aplicam-se as normas estabelecidas, em especial a Lei 10.973/2004.

§ 2º - Poderá ser firmado convênio entre o INPP e Fundações de Apoio, com objetivo de delegar às Fundações de Apoio a captação, a gestão e a aplicação das receitas auferidas pelo INPP, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

§ 3º - Caso o INPP opte pelo recolhimento das receitas por meio de GRU, deverão ser observados os comandos normativos previstos nos artigos 56 e 57 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto nº 93.872/1986, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de

2004 e em conformidade com as formalidades estabelecidas por atos infralegais expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

I - Nessa hipótese, o ressarcimento às Fundações de Apoio será realizado mediante recursos do orçamento público, até o limite reservado no respectivo projeto, o que deverá ser garantido por declaração do Ordenador de Despesa do INPP.

§ 4º- O eventual apoio administrativo prestado pelas Fundações de Apoio ao INPP deverá considerar o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas da Fundações de Apoio consoante disposto nessa portaria.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Art. 12º - O acompanhamento e controle da execução dos projetos serão destinados da seguinte forma:

I - Cabe à Direção do INPP coordenar e consolidar as ações referentes ao acompanhamento e controle da execução dos Projetos no âmbito do INPP, de modo que atenda às exigências dos órgãos de controle interno e externo.

II - Cabe às Coordenações das Áreas envolvidas acompanharem a movimentação financeira dos Projetos executados pelo Instituto com a participação das Fundações de Apoio.

III - Cabe à COPEQ fiscalizar a concessão de bolsas a servidores do INPP no âmbito dos Projetos.

IV - As Fundações de Apoio deverão apresentar Relatórios Financeiros Parciais, previamente a cada desembolso de recursos, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

1 - Cada desembolso de recursos somente poderá ocorrer após a aprovação do Relatório Financeiro Parcial mais recente pelo Gestor do Projeto.

V - As Fundações de Apoio deverão apresentar a Prestação de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contatos a partir do encerramento do prazo estabelecido para a execução do Projeto.

1 -A Prestação de Contas deverá abranger os aspectos contábeis de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto.

VI - A Prestação de Contas deverá ser instruída com, no mínimo, o demonstrativo de cada receita e despesa com cópia dos respectivos comprovantes; cópia dos documentos fiscais das Fundações de Apoio; relação de pagamentos realizados às pessoas físicas, na qual deverá discriminar quando for o caso, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários; cópias de guias de recolhimentos; e atas de licitação.

VII - O Coordenador do Projeto deverá elaborar Relatório Final de avaliação, com base nos documentos e demais informações relevantes sobre o Projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pelas Fundações de Apoio, o atendimento dos resultados esperados, a relação de bens adquiridos e a mediação e avaliação dos resultados dos indicadores previstos no Plano de Trabalho.

VIII - O Relatório Final deverá ser submetido à avaliação da Coordenação de Pesquisa (COPEQ), que o enviará para a Direção do INPP em até 90 (noventa) dias após sua conclusão.

PROJETOS ENVOLVENDO RECURSOS PRIVADOS

Art. 13º - Os projetos que envolvam recursos privados seguirão as seguintes normativas:

I - As Fundações de Apoio poderá procurar a Coordenação de Pesquisa do INPP diretamente para avaliar a viabilidade de execução de um Projeto.

II - Quando em atendimento à solicitação das Fundações de Apoio - em relação a Projetos de Desenvolvimento, Pesquisa, Serviços Tecnológicos e Extensão envolvendo recursos privados, a Coordenação da Administrativa (COADM) do INPP, deverá aderir a procedimentos padronizados auditáveis (tanto interna como externamente), voltados para a formação de custos das atividades executadas, de forma a atender aos princípios gerais de idoneidade no serviço público, bem como o código de ética do servidor federal.

III - Os recursos privados incluem os recursos que forem captados pelas Fundações de Apoio para a plena execução das atividades previstas em Plano de Trabalho constante em convênio, termo de parceria, ou qualquer outro instrumento que produza movimentação financeira nas Fundações de Apoio para consecução do Projeto específico.

DAS PROIBIÇÕES

Art. 14º - Com o objetivo de que o Relacionamento do INPP com a suas Fundações de Apoio atinja seus objetivos com transparência, é necessário observar as seguintes proibições:

I - É vedada a utilização de contrato ou convênio para arrecadação de receitas ou execução de despesas desvinculadas de seu objeto.

II - É vedada a utilização dos fundos de apoio institucional das Fundações de Apoio de apoio ou mecanismos similares para execução direta de Projetos.

III - É vedada a concessão de Bolsas para o cumprimento de atividades regulares de docência nas instituições apoiadas.

IV - É vedada a concessão de Bolsas para servidores pela participação nos conselhos das Fundações de Apoio.

V - É vedada a concessão de Bolsas para servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor do INPP.

Art. 19º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR
DIRETOR



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Teixeira de Sousa Junior, Diretor Interino do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal**, em 09/12/2024, às 16:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Centro de Tecnologia Mineral

PORTARIA CETEM Nº 20, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024

A DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria n.º 407, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União, de 30 de junho de 2006 e pela Portaria n.º 3.679, de 18 de setembro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, publicada no Diário Oficial da União n.º 181 de 21 de setembro de 2020, bem como o Regimento Interno - CETEM, aprovado pela Portaria MCTI Nº 7.050, de 24 de maio de 2023, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional aos servidores do Quadro de Pessoal deste Centro de Tecnologia Mineral, que atenderam aos pré-requisitos definidos no art. 19 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, bem como as Portarias CETEM nº 016 e nº 017, de 16 de março de 2019, e, que obtiveram seus pleitos aprovados pela Comissão Interna do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, conforme **PARECER TÉCNICO Nº 1992/2024/SEI-MCTI**.

CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA							
SIAPE	NOME	CLASSE ATUAL	PADRÃO ATUAL	CLASSE PROPOSTA	PADRÃO PROPOSTO	PERÍODO AVALIATIVO	EFEITO FINANCEIRO
***1480	Diego Rufino Nascimento	Assistente 2 S	V	Assistente 2 S	VI	08/07/2023 a 07/07/2024	08/07/2024
***0351	Pedro Henrique de Souza Pontes Vale	Assistente 3 R	II	Assistente 3 R	III	18/09/2023 a 17/09/2024	18/09/2024
***0279	Renata Queiroz Affonso	Assistente 2 S	V	Assistente 2 S	VI	12/11/2023 a 11/11/2024	12/11/2024
***0435	Rodrigo Barbosa Cavalcante	Assistente 2 S	V	Assistente 2 S	VI	08/10/2023 a 07/10/2024	08/10/2024
CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - NÍVEL INTERMEDIÁRIO							
SIAPE	NOME	CLASSE ATUAL	PADRÃO ATUAL	CLASSE PROPOSTA	PADRÃO PROPOSTO	PERÍODO AVALIATIVO	EFEITO FINANCEIRO
***7483	Alberto Batista Moura Junior	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***7096	Andrey Linhares Bezerra de Oliveira	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***6797	Carlos Eduardo Ribeiro Wandermurem	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***7231	Fabio de Oliveira Novaes	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***0629	Felipe Aguiar da Silva	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	13/08/2023 a 12/08/2024	13/08/2024
***7372	Isaias Viana Junior	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***8022	Josimar Firmino de Lima	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
***5525	Luciano Borges de Souza	Técnico 2 N	V	Técnico 2 N	VI	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024

CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - NÍVEL SUPERIOR							
SIAPE	NOME	CLASSE ATUAL	PADRÃO ATUAL	CLASSE PROPOSTA	PADRÃO PROPOSTO	PERÍODO AVALIATIVO	EFEITO FINANCEIRO
***8663	Hudson Jean Bianquini Couto	Tecnologista Senior H	II	Tecnologista Senior H	III	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024
CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA							
SIAPE	NOME	CLASSE ATUAL	PADRÃO ATUAL	CLASSE PROPOSTA	PADRÃO PROPOSTO	PERÍODO AVALIATIVO	EFEITO FINANCEIRO
***1834	Elves Matiolo	Pesquisador Titular U	II	Pesquisador Titular U	III	01/08/2023 a 31/07/2024	01/08/2024

SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral**, em 03/12/2024, às 20:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

DESPACHO

Processo nº: 01302.000565/2024-31

Interessado: LUIZ FERNANDO PESSOA PINHEIRO

Matrícula: 06935648

Assunto: Isenção de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Em decorrência de Laudo Médico Pericial, nos termos do artigo 30, da Lei nº 9.250/1995, fica isento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre seu benefício, o pensionista **LUIZ FERNANDO PESSOA PINHEIRO, CPF: ***452.742****, a partir de 7 de abril de 2024, data da concessão da pensão civil neste Instituto, por ser portador de doença elencada no artigo 1º, da Lei nº 11.052/2004, ou condição prevista no inciso XVII do art. 62 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.500/2014, alterada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.756/2017.

Base Legal:

Artigo 1º da LEI 11.052/04

Artigo 47 da LEI 8.541/92

Artigo 6º, inciso XIV do(a) LEI 7.713/88

Com redação alterada pela IN/RFB nº 1756, de 31 de outubro de 2017 do(a) INSTRUCAO
NORMATIVA 1.500/14

Brasília, 06 de dezembro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

ADRIANO GRAVE DA MOTTA

Chefe da Divisão de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Grave da Motta, Chefe da Divisão de Recursos Humanos**, em 09/12/2024, às 09:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

